

Carta aberta ao povo petropolitano

Vivemos tempos difíceis em nosso país. Os trabalhadores estão sendo atacados em seus direitos sociais e trabalhistas pelos quais lutaram durante quase um século. O ataque parte de um governo instituído por um golpe civil desfechado pela maioria do Congresso Nacional que, apesar da suspeição do Poder Judiciário, depôs a presidente da República eleita em 2014.

Assim também aconteceu em 1964, quando o Alto Comando das Forças Armadas desfechou o golpe militar que depôs João Goulart e reprimiu violentamente e manteve as organizações sindicais e políticas dos trabalhadores sob controle durante duas décadas.

A crítica ao golpismo e seu caráter de classe, no passado e no presente, foi o clamor mais ouvido durante a II Semana da Memória, Verdade e Justiça de Petrópolis, ocorrida entre 1 e 8 de abril do corrente ano.

A História ensina quais são os grandes desafios que os trabalhadores precisam enfrentar. O ensinamento fundamental destacado nas comunicações e debates realizados durante a II Semana no SindSaúde, no CEFET-Petrópolis, no diretório Rui Barbosa da UCP, nas escolas públicas municipais e estaduais e no Instituto Teológico Franciscano é o de que os trabalhadores somente podem confiar nas suas próprias forças, cuja consciência e organização dependem, por sua vez, da atuação permanente e cotidiana de suas lideranças nos locais de trabalho.

Outros ensinamentos têm a ver com o terrível legado que a ditadura militar deixou para o país até os nossos dias. Trata-se de uma página da História inconclusa, que ainda não pode ser virada. A ditadura militar impôs a anistia recíproca para vítimas e algozes; incorporada na Constituição de 1988, conseguiu bloquear até o momento a possibilidade de um conhecimento aprofundado e a obtenção de provas para o julgamento dos agentes da repressão e imputá-los pelas torturas, mortes e desaparecimentos políticos ocorridos sob este regime. Apesar de o Brasil ser signatário da convenção internacional que considera a tortura crime de lesa-humanidade e imprescritível, a tortura continua a ser um método policial considerado normal, com uso indiscriminado contra presos e suspeitos, sem provas e sem defesa, como atestam os muitos Amarildos assassinados pelas polícias militares.

Na medida em que a História não foi passada a limpo e os torturados e agentes da repressão, em cadeia de comando até o mais alto posto do poder, não foram incriminados e julgados como aconteceu na Argentina e no Chile, começaram a reaparecer vozes da extrema-direita reivindicando a volta dos militares à vida política nacional. Nesse contexto devemos entender a decisão do juiz federal Alcir Luiz Lopes Coelho de negar reconhecimento do crime cometido por Antonio Waneir Pinheiro de Lima, o “Camarão”, caseiro da chamada Casa da Morte contra Inês Etienne Romeu, em denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal.

Muitos, como Enivaldo Gonçalves, servidor público e ativista político falecido em 07 de março próximo passado, lutaram contra a tortura e a opressão política. Outros, como nós, Comissão Municipal da Verdade e movimentos sociais, continuaremos esta luta. Dela faz parte a desapropriação da Casa da Morte para a construção de um Centro de Memórias e de Luta contra a Ditadura Militar.

PARA NÃO ESQUECER: DITADURA NUNCA MAIS!

Comissão Municipal da Verdade de Petrópolis

Petrópolis, 08 de abril de 2017